

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Renato Alves/Agência Brasília



Ibaneis disputa o Senado e Celina o governo

Rolo do BRB/Master suspende os planos de Ibaneis

Estava marcada para esta quarta-feira (19) a filiação de Luiz Eduardo Estevão Lira ao Progressistas (PP). Luiz Eduardo é neto do ex-senador Luiz Estevão, primeiro senador da República com mandato cassado pelas acusações de corrupção na construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. Foi preso também por isso. É neto também do ex-senador paraibano Raimundo Lira. Luiz Eduardo vai presidir a ala jovem do PP e é aposta também para se eleger deputado distrital. Ou era. O rolo envolvendo os negócios do Banco Regional de Brasília (BRB) com o Banco Master levou à suspensão do ato de filiação. Enquanto aguarda os desdobramentos do escândalo, o governador Ibaneis Rocha (MDB) adiou todos os passos.

Luiz Estevão

A filiação de Luiz Eduardo ao PP selaria a aproximação política de Luiz Estevão, hoje empresário, com Ibaneis. O projeto do governador é se eleger senador e eleger a vice-governadora Celina Leão como governadora, numa aliança, portanto, entre o MDB e o PP.

Progressistas

O problema agora é que o rolo envolvendo o BRB e o Master não envolve somente Ibaneis. Esbarra também no Progressistas. As investigações apontam indícios fortes de participação do presidente do partido, senador Ciro Nogueira (PI) nas transações.

Pedro França/Agência Senado



Ciro Nogueira faz 56 anos na sexta-feira

Ciro Nogueira faz aniversário no meio da confusão

Na sexta-feira (21), Ciro Nogueira completará 56 anos. E está prevista uma grande festa no Terraço Itália, o restaurante de alta gastronomia que fica no 41º andar de um edifício na Avenida Ipiranga, em São Paulo. A festa não está desmarcada, como a filiação de Luiz Eduardo Estevão Lira. Mas certamente ficará empanada

pelas denúncias e pela preocupação com seus desdobramentos. Nos bastidores do Palácio do Buriti, duas preocupações eram alvo de comentários: o aparecimento de novas denúncias e a possibilidade de o Banco Central decretar uma intervenção no BRB. O rolo soma-se a preocupações políticas que já havia.

CPI

Na quarta-feira, o deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) começou a colher assinaturas para a instalação de uma CPI para investigar o BRB/Master. "A instauração (...) se faz urgente (...) para apurar (...) um dos maiores (...) esquemas de fraude financeira (...) do país".

Risco sistêmico

"Diante da profundidade das irregularidades, da extensão territorial das operações (...), a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco Master é uma medida de transparência e de defesa do interesse público que se impõe de forma urgente", completa Rollemberg.

Bloqueio

Na noite de terça-feira (18), uma decisão da 10ª Vara Federal de Brasília suspendeu decisão anterior que determinava o bloqueio de R\$ 12,2 bilhões das contas e bens do próprio BRB. A decisão repassou o bloqueio somente para os dirigentes do banco responsáveis.

Costa

No caso, especialmente, o ex-presidente afastado por 60 dias do cargo Paulo Henrique Costa. A mudança no posicionamento gerou um alívio para o banco e para o GDF e deve ter levado em conta a situação de correntistas e a solvência da instituição.



Vieira sinaliza mudanças no PL Antifacção

Lula indica Messias e embola jogo no Senado

Nome contraria Alcolumbre e pode atrapalhar Antifacção

Por Rudolfo Lago

As primeiras manifestações do relator do PL Antifacção no Senado, Alessandro Vieira (MDB-SE), animaram o governo. Como antecipou o Correio Político na quinta-feira (19), Vieira declarou que não permitirá em seu texto qualquer medida que venha a enfraquecer e descapitalizar a Polícia Federal. Agora, o relator no Senado afirma ver algumas inconstitucionalidades no texto aprovado na Câmara. Claras sinalizações, considera o governo, de mudanças.

Mas a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para o Supremo Tribunal Federal (STF) pode trazer dificuldades na tramitação.

Em pleno feriado do Dia da Consciência Negra, Lula confirmou o nome de Jorge Messias para a vaga aberta com a saída da Corte do ministro José Roberto Barroso. A indicação contraria a vontade do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e pode trazer dificuldades para o PL Antifacção, e até mesmo para que o Senado aprovve a indicação de Messias.

A possibilidade de alteração no texto é onde se agarra agora o governo para reverter um quadro que avalia não lhe ficou favorável com a aprovação do relatório de Derrite na quarta-feira (18), com 370 votos favoráveis e 110 contrários.

No entorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, alguns avaliaram ter sido um erro o governo ter votado ao final contrário ao relatório de Derrite, um fato que agora será explorado pela oposição como um sinal de que o governo não tem preocupação com a segurança pública.

No caso, o que fazem essa avaliação consideram que no momento anterior quando foi rejeitado o destaque que dava preferência à proposta original do governo, a estratégia deveria ter sido revertida. O destaque foi rejeitado com 355 votos contrários, o que já sinalizava o forte apoio ao projeto de Derrite. Nessa avaliação, o governo deveria, então, ter aprovado o texto do relator, pontuando as suas críticas e desde aquele momento trabalhando para modificar esses pontos no Senado. Mas a orientação vinda de Lula não foi essa: o governo deveria ser contrário.



Escolha de Jorge Messias para o STF complica ambiente no Senado

Reforço

Agora, diante disso, a orientação de Lula é remarcar as críticas ao texto de Derrite, pontuando a ideia de que ele pode enfraquecer a atuação da

Polícia Federal e, nessa linha, enfraquecer o próprio combate ao crime organizado. O principal ponto de crítica é a retirada de recursos do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), desviando esses recursos para o Fundo Nacional de Segurança Pública e para fundos estaduais que têm o mesmo propósito.

Há também críticas à mudança do termo "facção criminosa" para "organização criminosa" porque isso poderia sobrepor o texto à legislação que já existe, produzindo conflito jurídico.

Na quarta-feira, Lula fez críticas ao texto dessa linha. "Trocar o certo pelo duvidoso só favorece quem quer escapar da lei", disse o presidente, nas suas redes sociais.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também criticou o projeto. "Por melhor que tenha sido a intenção, ela vai numa direção absolutamente contrária do que se pretende. Ela facilita a vida dos líderes do crime organizado e asfixia financeiramente a Polícia Federal e fragiliza as operações de fronteira da aduana, que é da Receita Federal", afirmou.

Hugo Motta

Na linha do desgaste que alguns no Planalto temem, o presidente da Câmara, Hugo Motta

(Republicanos-PB), criticou o governo por ter votado contra o projeto.

"Penso que o governo ter ficado contra foi um erro", disse Motta na quarta-feira. "Primeiro, porque está indo contra um anseio da sociedade. Você acha que o cidadão está satisfeito com a segurança pública do país? Acha que a dona de casa que vê seu filho muitas vezes sair para ir à escola ou trabalhar sem saber se ele volta quer saber qual o número da lei, quem é o presidente da Câmara ou o relator da matéria? Não", disse Motta em entrevista à Jovem Pan.

Vieira

No Senado, o projeto chegou com a impressão de que a virulência do embate político entre governo e oposição acabou por prejudicá-lo. Desde o fato de Motta ter escolhido Derrite como relator, Motta é do mesmo partido do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas,

um dos nomes colocados para a disputa presidencial com Lula em 2026. Derrite era secretário de Segurança Pública de São Paulo. Para relatar o projeto, Motta exonerou-o do cargo, o que entregava no colo de Tarcísio a solução para a segurança pública. Isso politizou o embate desde o início, contaminando-o.

Já de saída, Vieira pediu ao governo que, na etapa no Senado, evite que o mesmo aconteça. Esse foi o seu apelo em conversa com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski. Vieira disse a Lewandowski que os

desgastes feitos pelos governistas atacando o Congresso na etapa de discussão na Câmara teriam sido muito violentas. E que algo na mesma linha poderia prejudicar a tramitação no Senado.

STF

As primeiras reações de Alcolumbre à indicação de Messias para o STF são inquietantes para o governo. Lula sempre sinalizou sua preferência por Messias. E Alcolumbre pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Por conta dessa situação, Lula adiou a indicação, ganhando tempo para encontrar uma solução. No início da semana, ele teve uma conversa com Pacheco. Na qual disse que seu nome de preferência era outro. E tentou convencer Pacheco a disputar o governo de Minas Gerais. Lula precisa de um nome forte na disputa por Minas, segundo colégio eleitoral do país, e que costuma ser decisivo na disputa eleitoral pela Presidência. Pacheco ficou de estudar a situação, embora

tenha dito que sua preferência é por sair da vida política ao final do seu mandato como senador.

Já Alcolumbre seguiu dando indicações de que continuaria brigando por ver Pacheco no STF. Embora a indicação para a vaga seja do presidente, a palavra final é do Senado, que sabatina e aprova (ou não) o indicado.

Teme-se que esse embate possa acabar contaminando o ambiente no Senado, prejudicando também outros projetos.